

# SECA, GEADA E INCÊNDIOS NO ANO DE 1963

## Uma catástrofe no Paraná e a memória dos Universitários de Maringá, vinte anos depois.

Antonio Giacomini Ribeiro\*

### RESUMO:

Os fatos da natureza que, em determinado momento, apresentem comportamento não habitual, com repercussão negativa à Sociedade, são considerados como desastres ambientais. Quando ocorrem em relação aos elementos do clima, constituem-se em desastres climáticos, como os verificados no ano de 1963, no Estado do Paraná, quando geadas e secas severas condicionaram o mais grave desastre ambiental da história paranaense, com incêndios que atingiram cerca de 21.000 Km<sup>2</sup>.

Vinte anos depois, de que maneira a Sociedade mentaliza este acontecimento? Caso hoje ocorressem condições climáticas semelhantes, quais seriam as conseqüências ambientais? Estas questões são apresentadas e discutidas neste artigo, com base em pesquisa de sondagem de opinião, interpretada à luz dos conceitos da percepção ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** desastres ambientais — desastres climáticos — clima do Estado do Paraná — percepção ambiental.

*“Seca, geada e fogo.  
Este é o ano da penitência!!  
O demônio andou por aqui e trouxe  
todo fogo do inferno com ele”.*

Declaração do caboclo João Arruda,  
um dos milhares de flagelados.  
(GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1964)

### INTRODUÇÃO: Os Desastres Climáticos

Ao término do ano de 1983, o balanço de sua evolução climatológica constata, em todo território nacional, uma significativa influência do comportamento dos elementos atmosféricos sobre a vida dos brasileiros. O agravamento da situação social em função do prolongamento das secas no Nordeste, as inundações nos Estados Meridionais, além da frustração das safras de verão no Centro-Sul, são exemplos mais marcantes das anormalidades climatológicas ocorridas nesse ano no território brasileiro.

O paradigma da análise rítmica em climatologia (Monteiro, 1971) valoriza os episódios anômalos, principalmente aqueles cuja repercussão atingem diretamente o sistema produtivo da sociedade. Estes eventos anormais, de conseqüências calamitosas, podem ser chamados de desastres climáticos.

\* Professor do Depto. de Geografia da Universidade Estadual de Maringá - Área Física

Do ponto de vista conceitual, o desastre climático pode ser considerado como todo evento não habitual, a partir da análise do ritmo da "sucessão habitual dos tipos de tempo" (Sorre, 1951), acompanhado de impacto negativo sobre o quadro sócio-econômico regional.

Os desastres climáticos fazem parte de um conjunto maior de eventos catalogados como desastres ambientais. Poderiam ser identificadas duas categorias de desastres climáticos: os diretos e os indiretos. Os primeiros estariam afetos à atuação de uma seqüência de tipos de tempo anormais, no tempo e/ou no espaço, que seriam prejudiciais a um determinado conjunto de atividades humanas. Os desastres climáticos indiretos seriam aqueles que comporiam um conjunto de fatores naturais que, atuando de forma conjugada, caracterizariam um desastre ambiental. Os prejuízos decorrentes da atuação de episódios com a presença de fortes geadas ou de furacões, evidenciariam o desastre climático direto, ao passo que as inundações e as enchentes são desastres ambientais onde a atuação dos elementos climáticos compõem-se com os demais elementos da paisagem.

Em climatologia a noção de normalidade não segue, rigorosamente, os preceitos da estatística convencional. O que importa para a climatologia, enquanto a serviço da geografia, é o grau de repercussão no espaço regional, dos efeitos emanados da seqüência de tipos de tempo anormais. Assim, pode-se considerar desastre climático como parte da realidade concreta e não uma abstração, gerada a partir de análises estatísticas mesmo em séries de observação ao longo do tempo.

### **O ano de 1963: Um inverno propício ao fogo.**

O ano de 1963 foi consagrado pela literatura climatológica como um dos mais secos neste século, na região Centro-Sul do Brasil (Monteiro, 1969 e 1971). Os efeitos da prolongada estiagem foram sentidos principalmente nos Estados de São Paulo e do Paraná. Deve-se considerar também que a falta de chuva foi agravada pelas fortes geadas que ocorreram durante a primeira quinzena de agosto.

No Estado de São Paulo as maiores perdas na lavoura afetaram as plantações de cana-de-açúcar, que sofreram os efeitos conjugados da seca e do frio. A área urbano-industrial da Grande São Paulo foi seriamente atingida pelos cortes de energia elétrica, decorrentes do esvaziamento total da represa Billings, na época a maior fornecedora de energia à metrópole industrial paulista.

No Estado do Paraná foram cerca de 21 mil quilômetros quadrados de matas, plantações e pastagens devastados pelo fogo, incluindo pessoas, vilas e habitações rurais, presa fácil à combustão após meses de estiagem e de forte geada.

A evolução do quadro climatológico no ano considerado pode ser considerada normal até meados do mês de abril, quando as chuvas escassearam e praticamente desapareceram até o final do ano. O inverno de 1963 pode ser considerado atípico, como descreve Monteiro (1969), quando analisa a seca e as geadas deste ano: "Cronologicamente a "onda de frio" vem em primeiro lugar. Está ligada à invasão polar de fluxo rápido e contínuo que atravessou toda região entre 4 e 8 de agosto e levou a Frente Polar Atlântica até a Baía de Todos os Santos. O caráter rápido da invasão, a fraqueza das precipitações frontais implicaram um declínio da umidade, na limpeza do céu e, conseqüentemente, na forte amplitude diária, que culminou em resfriamen-

tos intensos nas madrugadas dos dias 5, 6 e 7, quando ocorreram geadas. As mínimas foram a 0 em Londrina e chegaram a -7 em Guaravera”.

Monteiro (Op. cit.) continua a caracterizar climatologicamente o inverno do ano de 1963 apontando também os seus efeitos no território paranaense: “No final de agosto e início de setembro, prolongando-se as fases de domínio do anticiclone tropical marítimo, onde o baixo teor de umidade se aliava às temperaturas excepcionalmente elevadas, ocorreu uma série de incêndios no território paranaense, que chegou ao grau de calamidade pública, a ponto de mobilizar a ajuda dos Estados vizinhos às populações rurais flageladas. Na grande fase do domínio tropical de 28 de agosto a 9 de setembro os incêndios ganharam maior proporção. As máximas registradas na capital paranaense oscilavam entre 29 e 32º, temperaturas excepcionais nesta época do ano. Pelo valor das mínimas, entre 8º, 6 e 12 º,8 pode-se aquilatar a acentuada amplitude diurna, refletindo o baixíssimo teor de umidade do ar. A limpeza do céu era forte, já que nesta fase a cobertura de nuvens revelava índice zero: apenas no dia 8 de setembro, já ao aproximar-se um avanço polar, é que passou a 3, para alcançar 8, no dia 11, já em plena passagem frontal”.

A seqüência estiagem-geada-estiagem, criou ambiente favorável à propagação do fogo. Normalmente, por medida de economia que se tornou tradição, o fogo é utilizado no final do inverno para a renovação das pastagens e mesmo para a abertura de terras na expansão dos plantios. Assim se manifesta o relatório do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (1963): “Periodicamente o Paraná é assolado por fortes geadas. Assim, depois da expansão da cafeicultura no Estado, ocorreu, em 1953 e 1955, a incidência do fenômeno nas zonas produtoras, danificando seriamente a economia regional.

Agora, depois de longa estiagem, que em extensas áreas se prolongou por cerca de oito meses e com as fortes geadas dos dias 6 e 7 de agosto últimos, não só as regiões cafeeiras, como de resto toda área agrícola do Estado, ficou extremamente danificada, com a vegetação morta ou ressequida, inclusive em área de matas virgens.

No mês de agosto, nas zonas agrícolas e de criação de gado em campos nativos, é habitual, e secularmente vem sendo praticada, a queimada das roças e dos campos. Neste ano, dada a grande estiagem que se agravou com a incidência de fortes geadas, pela primeira vez o Paraná viu-se tomado por chamas incontrolláveis, engolindo na sua fúria vastidões de reservas florestais, campos de criação, lavouras, casas e instalações rurais, a ponto de o fogo, na sua violência, haver ceifado vidas humanas num balanço trágico de primeira hora estimado em 92, o número de vítimas, além dos animais domésticos. O flagelo assumiu proporções jamais verificadas em terras do Brasil”.

O impacto do desastre, inicialmente de origem climática, foi ampliado pelo hábito do uso do fogo como prática agrícola, além dos incêndios acidentais que ocorriam com freqüência. Também é citada a ação de piromaníacos e de agitadores políticos, uma vez que o país atravessava uma séria crise institucional, o que poderia estimular este tipo de atitude.

## Vinte anos depois

Decorridos cerca de vinte anos, a recuperação econômica do Paraná verificou-se e as feridas provocadas pelo fogo foram cicatrizadas. Institucionalmente, o país foi transformado; também a estrutura agrícola do Estado passou por profundas alterações.

Não é o objetivo deste artigo, somente avivar a memória a respeito de uma situação praticamente relegada ao esquecimento, mas sim colocar em discussão a própria memória da população em relação a um fato, que pertence à história recente do Estado do Paraná.

As condições climáticas que propiciaram a eclosão dos incêndios podem ocorrer novamente, até mesmo em proporções mais acentuadas. Então, como estaria a sociedade preparada para enfrentar um possível desastre climático das mesmas proporções?

A ocorrência direta do desastre, ou seja, a seca e/ou a geada não pode ser impedida, mas pode-se promover a minimização de seus efeitos, em áreas restritas, através de irrigação e dos vários métodos de combate à geada. As possibilidades de incêndios seriam, pelo menos nas áreas de agricultura mais mecanizada, bastante remotas, pois aí as matas são raras e o uso do fogo como prática agrícola é, hoje, pouco utilizado. Nas áreas de pastagens naturais, nas de silvicultura e naquelas onde se pratica a agricultura mais tradicional, poder-se-ia dizer que os riscos de incêndios, face a uma situação climatológica semelhante àquela ocorrida em 1963, são praticamente os mesmos.

Contudo, até que ponto a sociedade atual estaria alertada para a possibilidade da ocorrência de um evento semelhante, caracterizado como um desastre climático, podendo evoluir para um desastre ambiental?

No sentido de se perceber o grau de preocupação da população quanto a este tipo de problema, foi realizada uma sondagem de opinião em uma amostra casual de 352 universitários da Fundação Universidade Estadual de Maringá, que responderam ao questionário previamente elaborado, que se segue:

### QUESTIONÁRIO Sondagem de Opinião

**1. Você sabia que há vinte anos atrás ocorreu no Estado do Paraná uma catástrofe natural?**

SIM —	70	20%
NÃO —	282	80%

**2. Caso afirmativo, o que ocorreu? (Resposta livre).**

Seca —	23
Geada —	17
Seca e incêndio —	9
Geada e seca —	7
Incêndio —	6

Desmatamento	5
Enchente —	1
Cancro cítrico —	1
Epidemia —	1

### 3. Como você ficou sabendo deste evento? (Resposta livre).

Através da família —	27
Através de leituras —	16
Vivência —	12
Na escola —	8
Através de amigos —	8
Acertou por acaso —	1

Outra informação adicional diz respeito à idade dos entrevistados, sendo 68 %entre 18 e 22 anos e 32% acima de 22 anos. A estrutura etária daqueles que responderam afirmativamente a primeira questão é a seguinte:

18 anos - 4	23 anos - 8	28 anos - 3	37 anos - 1
19 anos - 6	24 anos - 5	29 anos - 2	39 anos - 2
20 anos - 6	25 anos - 4	30 anos - 4	55 anos - 1
21 anos - 6	26 anos - 6	34 anos - 2	
22 anos - 7	27 anos - 2	36 anos - 1	

Infelizmente, o segmento social escolhido para a amostragem não é tão representativo da média da sociedade como um todo. No entanto, deve-se considerar, pelo menos em tese, o maior grau de informação que teria a classe dos estudantes universitários. De qualquer forma este é um dos estratos da sociedade que mais teria acesso às informações.

A documentação referente ao episódio é muito restrita. Aquela da imprensa, em Maringá, inexistente, pois foram procurados os arquivos dos jornais da época, verificando-se que estes não são guardados por mais de dois anos, pelas próprias empresas proprietárias dos jornais. Consultaram-se alguns relatórios de caráter oficial, conforme as referências bibliográficas. Uma fonte de consulta de real valor é a Tese de Doutorado do Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, publicada pelo Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, que toma o inverno de 1963 como o padrão típico seco, ao estudar a gênese das chuvas de inverno na fachada sul-oriental do Brasil.

Considerando-se que apenas 20% dos entrevistados responderam afirmativamente à primeira questão, e que nenhum citou os três eventos ocorridos (seca, geadas e incêndio), sendo as respostas certas apenas parciais, pode-se considerar baixo o nível de informação a respeito do desastre de 1963.

Um aspecto que merece destaque: na resposta à segunda questão, a predominância nítida das respostas relativas à seca e à geadas, deixa o incêndio em segundo plano, apesar de que, segundo os relatórios oficiais, este causou maiores prejuízos materiais e maior impacto psicológico nas populações envolvidas.

A família funcionou como o maior veículo de transmissão da informação, elegendo a tradição oral como a forma de contar a história recente, associando-se a ela o papel dos amigos e da escola. Face à escassez de literatura a respeito, as leituras assumem um papel não muito importante.

A idade dos entrevistados que responderam afirmativamente à primeira questão parece não ter influenciado a resposta, pois muitos deles ainda não haviam nascido naquele ano ou não tinham idade suficiente para se lembrarem racionalmente da vivência. Ainda outros não habitavam o Estado do Paraná. Assim, aqueles que se lembram através da vivência não são muitos.

### **CONCLUSÕES: A percepção do ambiente e os parâmetros de sua organização.**

Por um lado existe a possibilidade (até que ponto previsível, ainda não se sabe com certeza) de ocorrer outro evento climatológico da natureza daquele havido em 1963, caracterizado como desastre climático direto e, posteriormente, possibilitando a propagação de imensos incêndios. Por outro lado, há que se considerar a desinformação, para este tipo de problema, de um grupo que em pouco tempo deverá estar apto para assumir importantes funções na sociedade.

A organização das paisagens é produto da ação da sociedade, que aplica sua força de trabalho e inventividade sobre os elementos da Natureza, objetivando torná-la sua parceira no processo de acumulação de capital, isto considerando-se o sistema sócio-econômico vigente no Brasil de hoje.

A racionalidade da lei dos homens, que depende de suas vontades, nem sempre ou quase nunca, coincide com aquelas leis que regem o comportamento da natureza, uma vez que esta não possui finalidades, pelo menos não no mesmo sentido daquelas que movem o ser humano em seu racionalismo empírico. O acaso e a necessidade estariam nas raízes da dinâmica natureza, ou seja, a natureza viva, por necessidade de sobrevivência e perpetuação das espécies, adapta-se ao acaso das variações do ambiente abiótico.

O conhecimento do funcionamento e da estrutura da Natureza pela Sociedade, como um todo, resulta do acumular de experiências, transmitidas através das gerações sob a forma de conceitos e práticas que contribuirão decisivamente para a organização das paisagens. A estes conceitos relativos ao comportamento da Natureza tem sido atribuído status de lei, através da transposição do raciocínio positivista causefeito, desenvolvido para explicar as organizações sociais, para o domínio das organizações naturais. Assim, seriam as leis da Natureza semelhantes àquelas da Sociedade e, conseqüentemente, suas estruturas se moveriam em busca dos mesmos fins; o que parece falso, uma vez que a Natureza não é dotada de vontade e nem de liberdade para optar entre várias alternativas, como ocorre em Sociedade. Finalizando esta discussão poder-se-ia afirmar que, enquanto a Natureza realiza atividades, motivadas pelo acaso e pelas necessidades anteriormente mencionadas, a Sociedade realiza trabalho, motivada pela vontade de dominar a própria natureza em sua marcha para a acumulação do capital.

Após a colocação dos aspectos mais teóricos da problemática do relacionamento entre a Natureza e a Sociedade, dois fatos mereceriam reflexão mais demora-

da, quando associados aos desastres ambientais em geral e, em particular, àquele de 1963.

Em primeiro lugar, a elaboração das "leis da Natureza" se faz através da percepção do comportamento médio do ambiente, não se levando em conta situações extremas, justamente aqueles que podem se caracterizar como desastrosas. Como conseqüência, em segundo lugar, a transmissão do conhecimento a respeito do comportamento da Natureza se verifica de maneira falha, estando, a própria Sociedade comprometida em sua segurança, no momento em que negligencia este importante aspecto do seu relacionamento com a Natureza.

O episódio desastroso de 1963, no Paraná, e muitos outros que têm ocorrido anualmente em todo território nacional e que também ascendem à categoria de desastres climáticos e ambientais, de causas diversas, mas de conseqüências semelhantes ao agravar a situação de miséria a que se encontram submetidas as populações marginais neste país, sugerem um tratamento mais sério e realista do seu cotidiano ambiental e climatológico; especialmente no sentido de desmistificar a falácia que se coloca na mente dos brasileiros, desde a sua infância, de que o território é privilegiado, por não ser atingido por furacões e terremotos, esquecendo-se das secas, inundações, deslizamentos, dentre outros desastres ambientais que tanto têm afetado suas vidas.

O quase desconhecimento do que se passou no Paraná, decorridos vinte anos, mostra a ausência de memória com relação a fatos tão marcantes, motivada pela inadequação do preparo a que se submetem os jovens entrevistados: sem história e sem noção de sua posição entre a Sociedade e a Natureza, o que equivaleria a dizer, sem visão de futuro.

## BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO. Paraná em Flagelo. **Relatório**. Cópia mimeografada. Curitiba, 1963, 30 p..

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Paraná: do flagelo à recuperação**. Departamento de Imprensa Oficial do Estado. Curitiba, 1964. 123 p..

MONTEIRO, C. A. F. A Frente Polar Atlântica e as Chuvas de Inverno na Fachada Sul-oriental do Brasil (contribuição metodológica à análise rítmica dos tipos de tempo no Brasil). Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. (Séries Teses e Monografias, 1). São Paulo, 1969. 69 p.

— Análise Rítmica em Climatologia (Problemas da atualidade climática em São Paulo e achegas para um programa de trabalho). Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. (Climatologia, 1). São Paulo, 1971. 21 p.